



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE**

RESOLUÇÃO Nº 13/2012-CONSUP

Natal (RN), 1º de março de 2012.

Aprova o projeto pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Espanhol e autoriza seu funcionamento no Campus de Educação a Distância do IFRN.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE AD REFERENDUM DO CONSELHO, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

o que consta no Processo nº. 23421.004481.2012-19, de 1º de março de 2012,

RESOLVE:

I - APROVAR, na forma do anexo, o projeto pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Espanhol, na modalidade de educação à distância, a ser ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

II – AUTORIZAR o funcionamento do referido curso no *Campus* de Educação a Distância do IFRN.


BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA
Presidente

7

www.ifrn.edu.br

REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA



na modalidade a distância

Letras Espanhol

Projeto Pedagógico do Curso
Superior de Licenciatura em

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE



Projeto Pedagógico do Curso
Superior de Licenciatura em

Letras Espanhol

na modalidade a distância

Área: Línguas

Projeto aprovado pela Resolução Nº 13/2012-CONSUP/IFRN, de 01/03/2012.



Belchior de Oliveira Rocha
REITOR

Anna Catharina da Costa Dantas
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Wyllys Abel Farkatt Tabosa
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

José Yvan Pereira Leite
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Maria Trinidad Pacherez Velasco
Noel Alves Constantino
Ilane Ferreira Cavalcante
Raquel de Araújo Serrão
Carla Aguiar Falcão

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Alexsandro Paulino de Oliveira
Francisca Carneiro Ventura

REVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Anna Catharina da Costa Dantas
Francy Izanny de Brito Barbosa Martins
Luisa de Marilac de Castro Silva
Nadja Maria de Lima Costa
Rejane Bezerra Barros



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2. PROPOSTA DE EAD DA INSTITUIÇÃO	7
3. JUSTIFICATIVA	11
4. OBJETIVOS	13
5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	14
6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO	15
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	16
7.1. ESTRUTURA CURRICULAR	16
7.2. A PRÁTICA PROFISSIONAL	25
7.2.1. A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	26
7.2.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	30
7.2.3. OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	32
7.3. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	33
7.4. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	34
7.5. INCLUSÃO E DIVERSIDADE	35
7.6. INDICADORES METODOLÓGICOS	36
8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	37
9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)	40
10. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	41
11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	42
11.1. O CAMPUS EAD	42
11.2. NECESSIDADES ESPECÍFICAS RELATIVAS À ESTRUTURA DOS POLOS	42

11.3. BIBLIOTECA	43
11.4 OUTROS RECURSOS NECESSÁRIOS	44
<u>12. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</u>	<u>44</u>
<u>13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS</u>	<u>45</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>46</u>

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras Espanhol, na modalidade a distância. Este projeto pedagógico de curso, com base nos referenciais teórico-metodológicos contemporâneos da formação docente, se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de formação de professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Este curso é destinado aos portadores de certificado de conclusão do ensino médio e está planejado com o compromisso de formar o profissional docente para atuar na educação básica com uma formação de nível superior – graduação.

Consubstancia-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora na perspectiva histórico-crítica (FREIRE, 1996), nas bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da formação de professores para a educação básica, explicitados na Lei nº 9.394/96 (LDB), no Projeto Político-Pedagógico institucional, bem como nas resoluções, pareceres e decretos que normatizam os cursos de licenciatura no sistema educacional brasileiro.

Estão presentes, como marco orientador dessa proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico, traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social. Em consonância com a função social do IFRN, esse curso se compromete a promover formação docente comprometida com os valores fundantes da sociedade democrática, com os conhecimentos referentes à compreensão da educação como uma prática social, com o domínio dos conhecimentos específicos, os significados desses em diferentes contextos e a necessária articulação interdisciplinar. Além disso, valoriza a estreita articulação entre os conhecimentos específicos, os conhecimentos pedagógicos e os saberes da experiência, ou seja, o saber plural (TARDIF, 2002).

Os cursos superiores de licenciatura do IFRN constituem-se de práxis que englobam saberes filosóficos, epistemológicos e didático-pedagógicos contrários às divisões disciplinares fragmentadas e reducionistas, primando por uma base consistente de conhecimentos necessários à formação da identidade do profissional docente. Conforme afirma Gauthier (1998), a formação docente deve se preocupar com os constituintes da identidade profissional docente, além de definir os saberes, as habilidades e as atitudes envolvidas no magistério.

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da formação docente em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

Explicita, portanto, que o ato de ensinar nas licenciaturas oferecidas pelo IFRN é concebido como uma atividade humana, técnica, política e ética voltada para a formação da cidadania e para o mundo do trabalho, por meio de um currículo que ressalta – no que concerne à formação de professores – as exigências filosóficas, epistemológicas e as necessidades do contexto social.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do curso de Licenciatura Letras Espanhol, na modalidade à distância, referente à área do Ensino Médio de Linguagens.

2. PROPOSTA DE EAD DA INSTITUIÇÃO

Inicialmente, é imperioso assumir que, na educação a distância (EaD), o IFRN reafirma todos os princípios e fundamentos da educação denominada presencial amplamente discutidos e assumidos ao longo de seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Entre esses princípios, reafirma-se a educação como fenômeno social contextualizado. Nesse sentido, é preciso pensar na dimensão continental do país e na quantidade de profissionais excluídos do processo produtivo, devido, entre outros fatores, às diferenças sócio-econômicas, à dificuldade de acesso aos locais de estudo, à pouca disponibilidade para frequentar cursos em horários mais rígidos. Desse cenário, surge a necessidade de envidar esforços para ampliar as ofertas educativas na modalidade a distância. Claro está que, tomando como base esse princípio geral, deve-se aliar, na EaD, a educação profissional à educação básica e superior, no intuito de atender às demandas pessoais, sociais e do mundo do trabalho da contemporaneidade.

Outro princípio a ser reafirmado, é a percepção da tecnologia como produto social - e não como autônoma por si só ou como ideologia – o que permite pensá-la como instrumento que pode viabilizar a formação de um número maior de profissionais, e de forma mais situada, segundo as necessidades locais, sem, no entanto, perder de vista o contexto global mais amplo. Trata-se de colocar a tecnologia e as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) a serviço da formação integral do sujeito, considerando a construção de valores inerentes ao ser humano, o desempenho ético, crítico e técnico de uma profissão e à percepção da capacidade transformadora do ser humano.

a) Objetivos e especificidades da EaD no IFRN

Com base nos princípios expostos, o IFRN assume uma política de EaD com os seguintes objetivos:

- interiorizar uma educação de qualidade;
- permitir o acesso a pessoas que vivem longe dos centros urbanos e educacionais;
- ampliar a oferta institucional;
- diversificar as modalidades educativas de atendimento aos estudantes;
- favorecer a inclusão digital.

A interiorização da oferta de educação de qualidade ocorre através da presença do IFRN em várias cidades ao longo da geografia do estado. A presença do IFRN na cidade polo, no entanto, não implica, diretamente, na possibilidade de acesso do aluno a essa instituição. Vários são os motivos que geram essa falta de acesso: ele pode morar distante das redes de serviço de transporte público; ele pode ter horários e ritmos de trabalhos não compatíveis com um ensino presencial; ele pode ter dificuldades de mobilidade física, entre outros. Nesse sentido, percebe-se a importância dessa modalidade de ensino para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Considerando ainda a dimensão continental do nosso país e a característica básica do uso das NTIC de encurtar distâncias, a EaD surge como uma forma de atingir as várias localidades, inclusive as mais remotas, sem necessidade de deslocamento do aluno ou do trabalhador. Além disso, pode-se lembrar ainda a autonomia do aluno ou profissional em relação a seu tempo de estudo, uma vez que ele pode gerenciar esse tempo para estudar quando tiver disponibilidade.

A Constituição de 1988 garante a todos os cidadãos o direito à educação. Enquanto instituição federal, o IFRN precisa contribuir para que isso se torne uma realidade. A EaD é uma das formas de garantir esse direito, ampliando a oferta institucional sem gerar grande sobrecarga nas instalações físicas e promovendo a diversificação de cursos em diferentes níveis de ensino.

Além do que foi exposto, a EaD provê necessariamente a inclusão digital, fundamental em uma sociedade que exige o uso das NTICs – UNIFORMIZAR: NTIC OU NTICS? - em todas as instâncias sociais. Discutindo o uso das NTIC na educação, Kenski (2010, p. 63)¹ afirma:

Vê-se então que a amplitude das novas tecnologias nos coloca diante de escolhas de possibilidades variadas de ação e de comunicação. Através de todas as novas formas tecnológicas somos permanentemente convidados a “ver mais, a ouvir mais, a sentir mais”, como diz Stockhausen, citado por Kerckhove (1997, p. 126), enfim, a viver muitas vidas em uma só vida e a compreender que, ao contrário do que se afirma, “não é o mundo que é global, somos nós.

¹ KENSKI, Vani. **Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente.** In: Revista Brasileira de Educação. Nº 8. Mai/Jun/Jul/Ago. p. 57 a 71. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08_07_VANI_MOREIRA_KENSKI.pdf Acesso: 13 de maio de 2010.

Evidentemente, formar-se através de um curso em EaD permite ao indivíduo não só a sua qualificação profissional na área específica em que atua ou pretende atuar, mas a sua inclusão no universo digital. Assim, os cursos em EaD atingem dois objetivos de inclusão em uma só oferta.

O IFRN assume como função social promover a educação científico–tecnológico–humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, através da formação inicial e continuada de trabalhadores; da educação profissional técnica de nível médio; da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; e da formação de professores, fundamentadas na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento. Assim sendo, a EaD pode ser uma forte aliada para que o IFRN cumpra a sua função.

A lei nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, caracteriza a educação a distância em seu artigo primeiro como a:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Em face disso, essa modalidade precisa ser organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares. Para Catapan (2006, s/p),²

A modalidade de Educação a distância não se diferencia da modalidade de ensino presencial em seus elementos fundamentais e, sim, no seu modo de mediação pedagógica. Na modalidade a distância, o tempo didático diferencia-se do tempo de aprendizagem. A organização das situações de aprendizagem requer uma equipe multiprofissional, bem como outros recursos e outros meios de comunicação.

A EaD, portanto, exige a organização de uma equipe de trabalho que inicie o processo de planejamento e de produção do material didático em momento muito anterior à sua utilização propriamente dita. Além disso, a estrutura do curso ofertado e o material didático necessitam de linguagem e organização específicas, utilizando, de forma predominante, recursos tecnológicos de diversas mídias.

Assim, para concretizar a oferta dessa modalidade, o IFRN investe na organização de equipes de profissionais direcionados não só para o processo de ensino aprendizagem em EaD, mas para a própria produção dos recursos e materiais adequados a essa oferta. Visando essa ampliação.

² CATAPAN, Araci H. *Educação a Distância: Mediação Pedagógica Diferenciada*. Texto apresentado na 22nd ICDE – World Conference on Distance Education – Rio de Janeiro, 2006. Ebook

Por tudo o que foi exposto, a instituição articula, como propõe Catapan (2006, s/p), três planos numa mesma dimensão: “[...] o plano de imanência [concepção pedagógica], o plano de ação [as relações entre seus atores] e o plano de gestão [a gestão das condições que sustentam as situações de aprendizagem]”.

O plano de imanência se compõe do suporte teórico-metodológico que direciona as ações educacionais da instituição, sem diferenciar as modalidades que oferta. Esse suporte se concretiza em seu Projeto Político Pedagógico e, a partir dele, em seus planos de curso.

Para concretizar esse projeto e seus respectivos planos de curso, a instituição precisa de um plano de ação, que direcione as ações e relações entre os diferentes atores do processo pedagógico: recursos humanos e midiáticos e/ou tecnológicos. No caso da modalidade a distância, a especificidade reside não só na maior diversidade de funções necessárias aos indivíduos envolvidos no processo (professores, tutores, técnicos de tecnologia da informação, web designers, designers instrucionais, roteiristas, técnicos de produção de vídeo e TV, entre outros), mas também na maior abrangência, haja vista a maior quantidade de alunos que podem ser atendidos.

Por fim, o plano de gestão se constitui no modo de organizar o processo de ensino e aprendizagem que, na modalidade a distância, ocorre fundamentalmente, através das NTIC. Dessa forma, o plano de gestão permite que as situações de aprendizagem e a utilização de diversos materiais produzidos em mídias distintas possibilitem uma aprendizagem mais dinâmica.

b) Linhas Estratégicas da EaD no IFRN

Respeitando-se os princípios norteadores, o IFRN propõe-se a adotar as seguintes linhas estratégicas, em EaD:

- Integrar os diversos níveis e modalidades educacionais assim como as diversas esferas governamentais;
- Atuar em consonância com as demandas profissionais da região na qual o IFRN está inserido, respeitando a diversidade da região;
- Desenvolver programas de formação continuada de docentes em serviço, em parceria com estado e municípios;
- Promover cursos de capacitação / atualização para professores da rede pública, através de convênios com as secretarias de educação municipais e estadual;
- Estimular e orientar o corpo docente deste Instituto a utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TIC's), como instrumento de ensino, aprimorando, dessa forma, o processo didático;
- Socializar tanto para a comunidade interna como externa do IFRN, os trabalhos produzidos pelos docentes e discentes desta instituição em que se utilizam as mais diversas mídias;



- Romper com as barreiras geográficas, disponibilizando aos servidores do IFRN cursos nos mais diversos níveis, utilizando os recursos das NTIC;
- Vincular a Educação a distância à pesquisa e à extensão;
- Democratizar o uso crítico das NTIC;
- Pesquisar sobre educação a distância, com a finalidade de fortalecer essa modalidade de ensino;
- Produzir inovações tecnológicas voltadas para a educação em todos os níveis e modalidades;
- Promover cursos de capacitação em EaD para a comunidade interna e/ ou externa;
- Prover suporte tecnológico para a realização dos cursos ofertados nas mais diversas modalidades;
- Disponibilizar softwares educacionais para serem utilizados como apoio em sala de aula presencial e a distância.

3. JUSTIFICATIVA

A luta pela ampliação do acesso e a busca pela universalização da educação básica no Brasil deverão estar intrinsecamente ligadas tanto a um processo de ampliação de direitos/garantias individuais que caracterizam o desenvolvimento humano, quanto aos arranjos sociopolíticos e ao crescimento econômico característicos da sociedade moderna.

Nesse sentido, a elevação do padrão de escolaridade da população brasileira, incluindo a expansão do ensino superior, apresenta-se como uma estratégia para assegurar o aumento da qualidade de vida da população e a redução da exclusão social e cultural, além do desenvolvimento de competência nacional em ciência e tecnologia, condição essencial para o desenvolvimento não subordinado.

Podemos afirmar que, nos últimos quinze anos, o Brasil fez esforços consideráveis para aumentar o nível de escolaridade de sua população. Assim, a partir dos anos 1990, o país vivenciou uma acentuada evolução no número de matrículas na educação básica e no número de alunos concluintes do nível médio, sendo isso um fenômeno resultante da exigência do ensino médio como parte integrante, embora não obrigatória, da educação básica no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/1996. No tocante aos Institutos Federais, impõe-se um novo desafio com a Lei nº 11.892/2008, que estabelece a atuação nos cursos de formação de professores em 20% das vagas oferecidas. Essa medida impulsiona o atendimento à contingente necessidade de formação de professores, além de responder à política de ampliação e interiorização do ensino superior.

Nos últimos anos, o número de matrículas no ensino médio, aumentou significativamente em



termos absolutos e percentuais relativos ao total da população brasileira, incluindo todas as faixas-etárias, o que exprime necessidade de formação de professores para atender à demanda de profissionais capacitados para atuação nas escolas de educação básica e, por conseguinte, nas instituições de ensino superior. Por outro lado, há, ainda, uma demanda crescente por vagas em cursos superiores de graduação, inclusive licenciaturas, para atender anseios de verticalização do ensino desta população emergente do ensino médio. Ademais, o aumento na quantidade de matrículas no ensino médio não necessariamente vem acompanhado da qualidade do ensino almejada.

Em complemento, no Brasil, apesar de termos uma extensa fronteira com países latino-americanos e dos nossos laços históricos com os povos ibéricos, a língua espanhola sempre recebeu um tratamento secundário nos currículos do ensino médio em detrimento do inglês que sempre apareceu na grade curricular como a principal língua moderna.

Esse fato pode ter emergido de uma interpretação equivocada e tendenciosa do disposto no artigo 36, inciso III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que diz: "será incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda de caráter optativo, dentro da disponibilidade da instituição".

Não obstante, a partir da década de 1990, o interesse pelo estudo da língua espanhola começou a se desenvolver progressivamente no Brasil. Isso pode estar ligado a dois fatores principais. O primeiro, referente à localização geográfica, mostra que o Brasil parece ter percebido a importância dessa língua para a comunicação com os países latino-americanos. O segundo, relativo à globalização, aponta para a velocidade em que têm emergido novas necessidades bem como para a transformação daquelas já existentes. Fatores como o processo de integração latino-americana, decorrente das políticas econômicas do Mercado Comum dos Países do Cone Sul (MERCOSUL) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, bem como a entrada de capital espanhol no país e a expansão da cultura hispânica no âmbito internacional – sobretudo, por sua literatura, música, cinema e gastronomia – são algumas das razões para tanto.

A esse respeito, vemos que, hoje em dia, o idioma espanhol é falado como língua materna por mais de 450 milhões de pessoas, tornando-se um meio de comunicação bastante eficaz para acessar uma grande quantidade de conhecimentos gerais, informações, fazer intercâmbio de pesquisas acadêmico-científicas bem como realizar negociações de produtos e serviços dos mais variados tipos em setores como indústria e comércio.

Ao mesmo tempo, as oportunidades profissionais, tanto no âmbito da economia formal quanto informal, têm sido cada vez maiores para aqueles que têm proficiência no idioma espanhol ou que, pelo menos, são capazes de se comunicar na modalidade oral e/ou escrita nesse idioma. Com isso, aprender a língua espanhola passou a ser um fator de extrema necessidade para os brasileiros.

Destaque-se que, a partir do dia 05 de agosto de 2005, com a sanção da Lei nº 11.161, as escolas de ensino médio de todo o país estão obrigadas a oferecer o ensino de língua espanhola em sua grade curricular do ensino médio. A implantação dessa medida deveria ser gradativa num período de cinco anos, contados a partir da publicação da Lei datada de 08 de agosto de 2005. Diante disso, o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação nos Estados e Municípios devem criar as condições necessárias para que os estabelecimentos de ensino médio, em qualquer esfera administrativa, possam oferecer a disciplina.

Como consequência, a mencionada Lei tem apresentado uma dupla exigência. Por um lado, de estruturação e implantação de programas de ensino do idioma nas escolas e, por outro, a formação inicial de professores para o ensino do Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) no ensino médio em todo Brasil.

No caso específico do estado do Rio Grande do Norte, o crescimento econômico e social implica em uma demanda também crescente de professores de E/LE, que deve ser acompanhada por uma formação adequada para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, a implantação da Licenciatura em Letras Espanhol atende, no âmbito do estado, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação, assim como à função social e às finalidades do IFRN.

Dessa forma, a Licenciatura em Letras Espanhol emerge no contexto sócio-educacional do estado como um curso que visa a formar profissionais aptos a desenvolver sua capacidade intelectual e criativa por meio da linguagem, especificamente da língua espanhola, considerada nas suas múltiplas funções, apreendida tanto nos conteúdos funcionais e gramaticais, quanto na sua produção literária e seus aspectos culturais. Profissionais que apresentem uma atitude investigativa diante dos fatos da linguagem, que se constituam sujeitos ativos, capazes de transformar o mundo, que reconheçam e valorizem a diversidade, demonstrando atitudes positivas perante a língua espanhola e os universos sócio-culturais em que se insere.

4. OBJETIVOS

O Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol tem como objetivo geral: formar professores licenciados em Língua Espanhola / Espanhol para a Educação Básica com visão ampla do papel do educador, capazes de trabalhar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares e utilizar os conhecimentos linguísticos para a compreensão do mundo que o cerca e para a resolução de problemas do seu cotidiano de vida e do mundo do trabalho.

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Propiciar a formação profissional inicial de professores de Língua Espanhola / Espanhol para a Educação Básica (Ensino fundamental e médio);
- Possibilitar uma visão ampla do conhecimento linguístico, de modo que o futuro professor possa especializar-se posteriormente em áreas afins, seja na pesquisa em Educação ou Educação Linguística, na pesquisa em Espanhol / Língua Espanhola e respectivas literaturas.
- Desenvolver valores estéticos, políticos e éticos no futuro docente capazes de orientar pedagogicamente sua prática educativa, contribuindo para a consolidação de uma educação emancipatória.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol, destinado aos portadores do certificado de conclusão do ensino médio, ou equivalente, poderá ser feito, conforme Figura 1, através de:

- processos seletivos, aberto ao público ou conveniado, para o primeiro período do curso; ou
- transferência ou reingresso, para período compatível, posterior ao primeiro.

Com o objetivo de manter o equilíbrio entre os distintos segmentos socioeconômicos que procuram matricular-se nas ofertas educacionais do IFRN e, também, com o intuito de contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior, a Instituição reservará, no mínimo, 50% das vagas para estudantes provenientes da rede pública de ensino e que nela tenha estudado do sexto ao nono ano do ensino fundamental e todo o ensino médio.

A oferta de turmas especiais ou a reserva de até 50% das vagas em cursos de formação de professores também se constituem em mecanismos a serem adotados com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica pública.

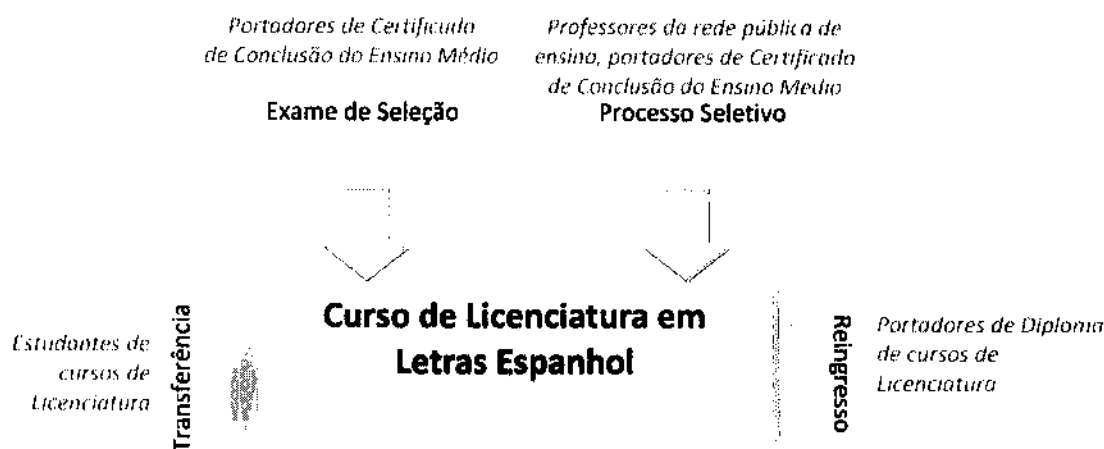


Figura 1 – Requisitos e formas de acesso

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol é composto de um currículo flexível e multidisciplinar que considera a necessidade de formar profissionais capazes de atuar na educação básica na perspectiva da melhoria da qualidade dos processos de ensinar e de aprender no âmbito da Língua Espanhola e que sejam sintonizados com as necessidades da sociedade e, em particular, da educação. Nesse sentido, destacam-se os princípios que desenvolvem capacidades cognitivas, procedimentais e atitudinais necessários ao pleno exercício do magistério para a Educação Básica, presencial e à distancia, podendo atuar ainda na modalidade EJA, como também dar continuidade aos estudos em cursos de Pós-Graduação. O futuro professor será capaz de construir espaços de interlocução em que possa analisar a própria prática docente de forma individual e/ou em grupo.

O licenciado em Espanhol deverá ser capaz de:

- Fazer uso das quatro habilidades linguísticas orais e escritas (compreensão, escrita, compreensão auditiva, expressão escrita e expressão oral) com proficiência, a fim de produzir discursos (escritos e orais em situações de comunicação diversas);
- Analisar, selecionar e produzir materiais didáticos para o ensino da língua espanhola, levando em conta a importância dos aspectos culturais das sociedades que a falam.
- Reconhecer as variantes dialetais do espanhol para selecionar um modelo como referência geral da língua, que oriente seu ensino e que a aproxime dos interesses e necessidades reais dos aprendizes;
- Utilizar as metodologias de ensino-aprendizagem direcionadas para as línguas estrangeiras e, sobretudo, especificamente para o ensino de língua espanhola, que lhe permitam optar a metodologia que considere mais adequada no marco da situação docente-discente em que se encontre;
- Pautar-se nos valores da educação multicultural que possibilitem a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- Ter visão do seu papel social de educador com capacidade de interpretar e discernir sobre diversos temas e realidades quando em contato com seus educandos;
- Ter a compreensão plena de como o processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola afeta na formação do indivíduo;
- Ter a visão de que o ensino e a aprendizagem da língua espanhola é acessível a todos, independente do contexto social, econômico ou histórico em que o educando se encontra;



- Ter a visão global, sabendo-se posicionar como educador, em situações das mais diversas nos campos político, econômico e social;
- Possuir uma sólida formação em conteúdos específicos da língua espanhola e ter consciência de como esta língua vem sendo construída; suas origens, processos de criação e inserção em outras áreas de conhecimento;
- Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes, utilizando conhecimento das áreas afins;
- Ser capaz de trabalhar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares de forma integrada com os professores da sua área e de áreas afins, no sentido de favorecer uma aprendizagem integrada e significativa para os seus alunos;
- Adotar estratégias de aprendizagem continuada, de aquisição e utilização de novas ideias e tecnologias, reconhecendo a sua prática profissional também como fonte de produção de conhecimento;
- Estabelecer e trabalhar relações entre a língua espanhola e outras áreas do conhecimento;
- Desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento linguístico dos estudantes, buscando trabalhar com ênfase nos usos da língua viva e multicultural;

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

7.1. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso Superior de Licenciatura Letras Espanhol, na modalidade a distância, observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), nos Pareceres CNE/CP nº 09/2001, nº 27/2001 e nº 28/2001, nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002, e nº 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002, que norteiam as instituições formadoras, definem o perfil, a atuação e os requisitos básicos necessários à formação profissional do professor de Espanhol, quando estabelece competências e habilidades, conteúdos curriculares, estágios e seminários curriculares, e no Projeto Político-Pedagógico do IFRN.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos articuladores de saberes, os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade e da contextualização. A estruturação proposta fortalece o reconhecimento da necessidade de uma formação de professores integradora de conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

Essa proposta possibilita a integração entre formação pedagógica e formação específica ao professor, a realização de práticas interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFRN, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Em decorrência, a matriz curricular organiza-se em quatro núcleos: o **fundamental**, o **específico**, o **epistemológico** e o **didático-pedagógico**.

O **núcleo fundamental** compreende conhecimentos científicos imprescindíveis ao desempenho acadêmico dos ingressantes. Contempla, ainda, revisão de conhecimentos da formação geral, objetivando construir base científica para a formação do profissional docente. Nesse núcleo, há dois propósitos pedagógicos indispensáveis: o domínio da língua portuguesa e, de acordo com as necessidades do curso, a apropriação dos conceitos científicos básicos.

O **núcleo específico** compreende conhecimentos científicos que fundamentam a formação do professor da educação básica em uma determinada área do saber sistematizado historicamente. A estruturação desse núcleo deve atender à exigência do domínio acerca dos conceitos fundamentais, das estruturas básicas da disciplina de formação e das metodologias de didatização de tais conhecimentos.

O **núcleo epistemológico** compreende conhecimentos acerca de fundamentos históricos, filosóficos, metodológicos, científicos e linguísticos propedêuticos ao desenvolvimento e à apropriação dos conhecimentos específicos. Esses saberes remetem às bases conceituais, às raízes e aos fundamentos do conhecimento sistematizado. Fornecem sustentação metodológica e filosófica para os saberes específicos voltados à prática pedagógica em uma determinada área de atuação docente.

O **núcleo didático-pedagógico** compreende conhecimentos que fundamentam a atuação do licenciado como profissional da educação. Na perspectiva do entrecruzamento entre saber acadêmico, pesquisa e prática educativa, o núcleo aborda as finalidades da educação na sociedade, os conhecimentos didáticos, os processos cognitivos da aprendizagem, a compreensão dos processos de organização e de gestão do trabalho pedagógico e a orientação para o exercício profissional em âmbitos escolares e não-escolares.

A Figura 2 explicita a representação gráfica da organização curricular dos cursos superiores de licenciatura, estruturados numa matriz curricular articulada, constituída por núcleos articuladores, com fundamentos nos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização, da interação humana, do pluralismo do saber e nos demais pressupostos dos múltiplos saberes necessários à docência.



Figura 2 – Diagrama de blocos dos núcleos de organização dos conteúdos.

As diretrizes da formação docente orientadoras do currículo e assumidas no Projeto Político-Pedagógico do IFRN fundamentam-se nos seguintes princípios (IFRN, 2012a):

- conceito da realidade concreta como síntese de múltiplas relações;
- compreensão que homens e mulheres produzem sua condição humana como seres histórico-sociais capazes de transformar a realidade;
- integração entre a educação básica e a educação profissional, tendo como núcleo básico a ciência, o trabalho e a cultura;
- organização curricular pautada no trabalho e na pesquisa como princípios educativos;
- respeito à pluralidade de valores e universos culturais;
- respeito aos valores estéticos políticos e éticos, traduzidos na estética da sensibilidade, na política da igualdade e na ética da identidade;
- construção do conhecimento, compreendida mediante as interações entre sujeito e objeto e na intersubjetividade;
- compreensão da aprendizagem humana como um processo de interação social;
- inclusão social, respeitando-se a diversidade, quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos;
- prática pedagógica orientada pela interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade;
- desenvolvimento de competências básicas e profissionais a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos, formação cidadã e sustentabilidade ambiental;
- formação de atitudes e capacidade de comunicação, visando a melhor preparação para o trabalho;

- construção identitária dos perfis profissionais com a necessária definição da formação para o exercício da profissão;
- flexibilização curricular, possibilitando a atualização, permanente, dos planos de cursos e currículo; e
- reconhecimento dos educadores e dos educandos como sujeitos de direitos à educação, ao conhecimento, à cultura e à formação de identidades, articulados à garantia do conjunto dos direitos humanos.

Esses são princípios de bases filosóficas e epistemológicas que dão suporte à estrutura curricular do curso e, conseqüentemente, fornecem os elementos imprescindíveis à definição do perfil do Licenciado em Letras Espanhol.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime de crédito, com período semestral, com 2.460 horas destinadas à formação docente (considerando que são 2.160 horas de disciplinas obrigatórias e o mínimo de 300 horas de disciplinas optativas), 184 horas aos seminários curriculares e 1.000 horas à prática profissional, totalizando a carga horária de **3.644 horas**.

O Quadro 1 descreve a matriz curricular do curso, o Quadro 2 apresenta as disciplinas optativas para o curso, o Quadro 3 exprime a matriz de pré-requisitos e vinculação do curso, a Figura 3 apresenta o fluxograma de componentes curriculares e os Anexos I a IV descrevem as ementas e os programas das disciplinas. A carga-horária total de disciplinas optativas será de cumprimento obrigatório pelo estudante, embora seja facultada a escolha das disciplinas a serem integralizadas.

Quadro 1 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol na modalidade a distância.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	Número de aulas semanal por Período / Semestre									Carga-horária total	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Hora/aula	Hora
Núcleo Fundamental											
Língua Portuguesa	4									80	60
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos		3								60	45
Informática	2									40	30
Subtotal de carga-horária do núcleo fundamental	6	3	0	0	0	0	0	0	0	180	135
Núcleo Didático-Pedagógico											
Psicologia da Educação			4							80	60
Didática				6						120	90
Organização e Gestão da Educação Brasileira					4					80	60
Mídias Educacionais						4				80	60

Educação Inclusiva							2			40	30
LIBRAS								2		40	30
Subtotal de carga-horária do núcleo didático-pedagógico	0	0	4	6	4	4	2	2	0	440	330

Núcleo Epistemológico											
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	4									80	60
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos da Educação			4							80	60
Fundamentos da Literatura					3					60	45
Metodologia do Trabalho Científico				2						40	30
Metodologia do Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira						4				80	60
Metodologia do Ensino de Literatura									3	60	45
Latim I		4								80	60
Subtotal de carga-horária do núcleo epistemológico	4	4	4	2	3	4	0	0	3	480	360

Núcleo Específico											
EAD: Fundamentos e Práticas	2									40	30
Língua Espanhola I	5									80	60
Língua Espanhola II		5								80	60
Língua Espanhola III			5							80	60
Língua Espanhola IV				5						80	60
Língua Espanhola V					5					80	60
Língua Espanhola VI						5				80	60
Fonética e Fonologia do Espanhol I		4								80	60
Fonética e Fonologia do Espanhol II			3							60	45
Linguística I		4								80	60
Linguística II			4							80	60
Morfossintaxe I				4						80	60
Morfossintaxe II					4					80	60
História da Língua Espanhola				4						80	60
Teoria da Literatura I						3				60	45
Teoria da Literatura II							3			60	45
Dialetologia do Espanhol							4			80	60
Cultura Hispânica							3			80	60
Literatura Espanhola I							4			80	60
Literatura Espanhola II								4		80	60
Cultura Hispano-americana								3		60	45
Análise e Elaboração de Materiais de E/LE									4	80	60
Literatura Hispano-americana I							3			60	45
Teoria e Prática da Tradução									4	80	60
Literatura Hispano-americana II								3		60	45
Subtotal de carga-horária do Núcleo Específico	7	13	12	13	9	8	17	10	8	1.780	1.335

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Número de aulas semanal por Período / Semestre									Carga-horária total	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Hora/aula	Hora
Subtotal de carga-horária de disciplinas optativas		2	3	3	3	3	3	3		400	300

Total de carga-horária de disciplinas	17	22	23	24	23	23	20	17	11		2.460
---------------------------------------	----	----	----	----	----	----	----	----	----	--	-------

SEMINÁRIOS CURRICULARES (obrigatórios)	Carga-horária semestral									Carga-horária total	
										Hora/aula	Hora
Seminário de Integração Acadêmica	4									5	4
Seminário de Orientação de Projeto Integrador				30	30					80	60
Seminário de Orientação de Pesquisa								15	15	40	30
Seminário de Orientação de Estágio Docente						30	30	15	15	120	90
Total de carga-horária de atividades complementares										245	184

PRÁTICA PROFISSIONAL	Carga-horária semestral									Carga-horária total	
										Hora/aula	Hora
Prática como componente curricular											
Desenvolvimento de Projetos Integradores				80	80					213	160
Atividades de Metodologia do Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira						60	60			160	120
Desenvolvimento de Pesquisa Acadêmico-Científica								60	60	160	120
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais						200				267	200
Estágio Curricular Supervisionado: Estágio Docente						10 0	10 0	10 0	10 0	533	400
Total de carga-horária de prática profissional										1.333	1.000

TOTAL DE CARGA-HORÁRIA DO CURSO

4.858 3.644

Quadro 2 – Disciplinas optativas para o Curso Superior de Licenciatura em Letras-Espanhol a Distância

DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	Número de aulas semanal	Carga-horária total	
		Hora/	Hora

		aula	
--	--	-------------	--

Núcleo Didático-Pedagógico			
LIBRAS II	4	80	60
Arte Educação	3	60	45
Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	2	40	30
Teoria e Organização Curricular	2	40	30
Educação Ambiental	4	80	60

Núcleo Epistemológico			
Filosofia da Linguagem	2	40	30
Metodologia da Educação a Distância	3	60	45

Núcleo Específico			
Latim II	3	60	45
Linguística III	3	60	45
Morfossintaxe III	3	60	45
Narrativas Contemporâneas de Língua Espanhola	3	60	45
Cultura Hispânica II	3	60	45
Ensino de Espanhol para Fins Específicos	3	60	45

Disciplinas e Cargas Horárias por Período Letivo

Um curso na modalidade a distância exige uma organização diferenciada na oferta de disciplinas, de forma não somente a não sobrecarregar o discente, mas de forma a permitir que ele se dedique mais integralmente ao estudo das disciplinas na ordem de sua oferta. A organização da oferta das disciplinas do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol segue o padrão apresentado nas tabelas a seguir.

Em cada período há uma ou mais disciplinas apresentadas em destaque, essas são as 4 disciplinas optativas. Para totalizar o seu currículo, o discente deve cumprir, ao longo do curso, um mínimo de 300h de disciplinas optativas e o discente deverá optar por uma eletiva a cada período do curso, a partir do segundo período.

PERÍODO	SEMESTRE	
DISCIPLINAS DE C/H > 80H	Módulo estendido	
DISCIPLINAS DE C/H < 80H	Módulo I	Módulo II

Apresentando um sistema de matrícula por disciplina, a Licenciatura em Letras Espanhol, traz um quadro de referência (Quadro 3) que indica, na matriz curricular, que disciplinas são pré-requisitos.

Quadro 3 – Matriz de pré-requisitos e vinculação do Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol, modalidade a distância

DISCIPLINAS OBRIGATORIAS	DISCIPLINA(S) PRÉ-REQUISITOS
Núcleo Fundamental	
Língua Portuguesa	---
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Língua Portuguesa
Informática	---
Núcleo Didático-Pedagógico	
Psicologia da Educação	Fundamentos Históricos e filosóficos da Educação
Didática	Psicologia da Educação
Organização e Gestão da Educação Brasileira	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação; Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos da Educação
Mídias Educacionais	Didática
Educação Inclusiva	---
LIBRAS	---
Núcleo Epistemológico	
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	---
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos da Educação	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação
Filosofia da Linguagem	---
Metodologia do Trabalho Científico	---
Metodologia do Ensino de E/LE	Didática
Metodologia do Ensino de Literatura	Metodologia do Ensino de de E/LE
Núcleo Específico	
Língua Espanhola I	---
Língua Espanhola II	Língua Espanhola I
Língua Espanhola III	Língua Espanhola II
Língua Espanhola IV	Língua Espanhola III
Língua Espanhola V	Língua Espanhola IV
Língua Espanhola VI	Língua Espanhola V
Fonética e Fonologia do Espanhol I	---
Fonética e Fonologia do Espanhol II	Fonética e Fonologia do Espanhol I
Linguística I	---
Linguística II	Linguística I
Morfossintaxe I	---
Morfossintaxe I	Morfossintaxe I
Morfossintaxe III	Morfossintaxe II
Semântica e Lexicologia	---
História da Língua Espanhola	---
Teorias da Aquisição de Segundas Línguas	---
Teoria da Literatura I	---
Teoria da Literatura II	Teoria da Literatura I
Dialetologia do Espanhol	História da Língua Espanhola
Cultura Espanhola	---
Literatura Espanhola I	---
Literatura Espanhola II	Literatura Espanhola I
Cultura Hispano-americana	LIBRAS
Análise e Elaboração de Materiais de E/LE	---

Literatura Hispano-americana I	---
Literatura Hispano-americana II	Literatura Hispano-americana I
Teoria e Prática da Tradução	---

DISCIPLINAS OPTATIVAS	DISCIPLINA(S) PRÉ-REQUISITOS
Núcleo Didático-Pedagógico	
LIBRAS II	LIBRAS
Arte Educação	---
Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	Didática; Organização e Gestão da Educação Brasileira
Teoria e Organização Curricular	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação; Didática
Educação Ambiental	---
Núcleo Epistemológico	
Metodologia do Ensino de Literatura	Didática
Núcleo Específico	
Latim I	---
Latim II	Latim I
Linguística III	Linguística II
Morfossintaxe III	Morfossintaxe II
Narrativas Contemporâneas de Língua Espanhola	Literatura Espanhola II
Cultura Hispânica II	Cultura Hispânica I

SEMINÁRIOS CURRICULARES	DISCIPLINA(S) VINCULADAS
Seminário de Integração Acadêmica	---
Seminário de Orientação de Projeto Integrador	Todas as disciplinas do semestre
Seminário de Orientação de Projeto Integrador	Todas as disciplinas do semestre
Seminário de Orientação de Projeto Integrador	Todas as disciplinas do semestre
Seminário de Orientação de Pesquisa	---
Seminário de Orientação de Estágio Docente	---

As disciplinas que compõem a matriz curricular estão articuladas entre si, fundamentadas nos princípios estabelecidos no PPP institucional e atendendo ao previsto na Resolução CNE/CP nº. 01/2002, deverão realçar outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais se destaca o preparo para

- o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- o acolhimento e o trato da diversidade;
- o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- o aprimoramento em práticas investigativas;
- a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;



- o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; e
- o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Os Seminários Curriculares

Os seminários curriculares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação dos saberes e das habilidades necessários à formação do estudante. São caracterizados, quando a natureza da atividade assim o justificar, como atividades de orientação individual ou como atividades especiais coletivas.

Os componentes referentes aos seminários curriculares têm a função de proporcionar tanto espaços de acolhimento e de integração com a turma quanto espaços de discussão acadêmica e de orientação.

O Quadro 4 a seguir apresenta os seminários a serem realizados, relacionados às ações e aos espaços correspondentes a essas ações. O Anexo V descreve a metodologia de desenvolvimento dos seminários.

Quadro 4 – Seminários curriculares para o Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol, modalidade *a distância*

SEMINÁRIOS CURRICULARES	ATIVIDADES RELACIONADAS
Seminário de integração acadêmica	Acolhimento e integração de estudantes
Seminário de orientação de projeto integrador	Desenvolvimento de projetos integradores
Seminário de orientação de pesquisa	Desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas e elaboração de monografia
Seminário de orientação de estágio docente	Acompanhamento de estágio curricular supervisionado

7.2 A Prática Profissional

A prática profissional proposta rege-se pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (mais de uma modalidade de prática profissional), aprendizado continuado (articulação entre teoria e prática) e acompanhamento total ao estudante (orientação em todo o período de seu desenvolvimento).

A prática profissional terá carga horária mínima de 1.000 horas e será realizada por meio de Prática como Componente Curricular (400 horas), Estágio Curricular Supervisionado (Estágio Docente, 400 horas) e Outras Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (200 horas), objetivando a integração

entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, e resultando em documentos específicos de registro de cada atividade pelo estudante, sob o acompanhamento e supervisão de um orientador.

Dessa maneira, a prática profissional constitui uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadores de uma formação articulada, universal e integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. Constitui-se, portanto, condição para o graduando obter o Diploma de Licenciado.

O mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da prática profissional é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo orientador;
- reuniões periódicas do estudante com o orientador;
- visita(s) periódica(s) do orientador ao local de realização, em caso de estágio;
- elaboração do documento específico de registro da atividade pelo estudante; e,
- defesa pública do trabalho pelo estudante perante banca, em caso de trabalhos finais de cursos.

Os documentos e registros elaborados deverão ser escritos de acordo com as normas da ABNT estabelecidas para a redação de trabalhos técnicos e científicos e farão parte do acervo bibliográfico do IFRN.

Será atribuída à prática profissional uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e o estudante será aprovado com, no mínimo, 60 (sessenta) pontos. A nota final da prática profissional será calculada pela média aritmética ponderada das atividades envolvidas, tendo como pesos as respectivas cargas-horárias, devendo o aluno obter, para registro/validade, a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos, em cada uma das atividades.

A prática profissional desenvolvida por meio de atividades acadêmico-científico-culturais não terá pontuação e, conseqüentemente, não entrará no cômputo da nota final da prática profissional, sendo condição suficiente o cumprimento da carga-horária mínima prevista no projeto pedagógico de curso.

7.2.1. A Prática como Componente Curricular

A prática como componente curricular será vivenciada no decorrer do curso num total de 400 (quatrocentas) horas, permeando todo o processo de formação do professor numa perspectiva interdisciplinar, contemplando dimensões teórico-práticas.

De acordo com o Parecer CNE/CES nº. 15/2005, a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos

nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como “prática como componente curricular” podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.

Compõem a prática como componente curricular o desenvolvimento de projetos integradores, as atividades das componentes curriculares de Metodologia do Ensino de ELE, estágio supervisionado e a elaboração de monografia de final de curso.

Desenvolvimento de Projetos Integradores:

Os projetos integradores se constituem em uma concepção e em uma postura metodológica, voltadas para o envolvimento de professores e alunos na busca da interdisciplinaridade, da contextualização de saberes e da inter-relação entre teoria e prática.

Os projetos integradores objetivam fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, o que funcionará como um espaço interdisciplinar, com a finalidade de proporcionar, ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

O desenvolvimento dos projetos integradores proporciona:

- elaborar e apresentar um projeto de investigação numa perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do(s) semestre(s) cursado(s);
- desenvolver habilidades de relações interpessoais, de colaboração, de liderança, de comunicação, de respeito, aprender a ouvir e a ser ouvido – atitudes necessárias ao bom desenvolvimento de um trabalho em grupo;
- adquirir uma atitude interdisciplinar, a fim de descobrir o sentido dos conteúdos estudados;
- ser capaz de identificar e saber como aplicar o que está sendo estudado em sala de aula, na busca de soluções para os problemas que possam emergir em sua prática docente;
- desenvolver a capacidade para pesquisa que ajude a construir uma atitude favorável à formação permanente.

Os projetos integradores do curso de Licenciatura em Letras Espanhol serão desenvolvidos no 3º, 4º e 5º períodos do curso e deverão ser iniciados e concluídos dentro de um mesmo período letivo. Cada projeto integrador terá disciplinas vinculadas que deverão ser necessariamente cursadas concomitante ou anteriormente ao desenvolvimento do projeto. A partir de temáticas problematizadoras, cada grupo definirá o projeto a ser desenvolvido. O grupo em questão é composto pelos docentes e alunos de cada período. Como a definição da temática é feita em grupo, não se pode

predefinir temáticas para o curso, nem disciplinas que participarão. Espera-se que, a cada período, participem todas as disciplinas daquele período ou, se isso não for possível, no mínimo três disciplinas.

Para a realização de cada projeto integrador é fundamental o cumprimento de algumas fases, previstas no PPP do IFRN: intenção; preparação e planejamento; desenvolvimento ou execução; e avaliação e apresentação de resultados (IFRN, 2012a).

Nos períodos de realização de projeto integrador, o aluno terá momentos em sala de aula, no qual receberá orientações acerca da elaboração e momentos de desenvolvimento. Os projetos integradores deverão ser iniciados e concluídos dentro de um mesmo período letivo.

O corpo docente tem um papel fundamental no planejamento e no desenvolvimento do projeto integrador. Por isso, para desenvolver o planejamento e acompanhamento contínuo das atividades, o docente deve estar disposto a partilhar o seu programa e suas ideias com os outros professores; deve refletir sobre o que pode ser realizado em conjunto; estimular a ação integradora dos conhecimentos e das práticas; deve compartilhar os riscos e aceitar os erros como aprendizagem; estar atento aos interesses dos alunos e ter uma atitude reflexiva, além de uma bagagem cultural e pedagógica importante para a organização das atividades de ensino-aprendizagem coerentes com a filosofia subjacente à proposta curricular.

Durante o desenvolvimento do projeto, é necessária a participação de um professor na figura de coordenador para cada turma, de forma a articular os professores orientadores e alunos que estejam desenvolvendo projetos integradores. Assim, para cada turma que estiver desenvolvendo projetos integradores, será designado um professor coordenador de projeto integrador e será estabelecida uma carga horária semanal de acompanhamento. O professor coordenador terá o papel de contribuir para que haja uma maior articulação entre as disciplinas vinculadas aos respectivos projetos integradores, assumindo um papel motivador do processo de ensino-aprendizagem.

O professor orientador terá o papel de acompanhar o desenvolvimento dos projetos de cada grupo de alunos, detectar as dificuldades enfrentadas por esses grupos, orientá-los quanto à busca de bibliografia e outros aspectos relacionados com a produção de trabalhos científicos, levando os alunos a questionarem suas ideias e demonstrando continuamente um interesse real por todo o trabalho realizado. O acompanhamento dos projetos integradores deve ser feito de forma integrada/articulada entre os professores do núcleo específico e do núcleo didático-pedagógico.

Ao trabalhar com projeto integrador, os docentes se aperfeiçoarão como profissionais reflexivos e críticos e como pesquisadores em suas salas de aula, promovendo uma educação comprometida com ideais éticos e políticos que contribuam no processo de humanização da sociedade.

O corpo discente deve participar da proposição do tema do projeto, bem como dos objetivos, das estratégias de investigação e das estratégias de apresentação e divulgação que serão realizados pelo grupo, contando com a participação dos professores das disciplinas vinculadas ao projeto.

Caberá aos discentes, sob a orientação do professor orientador do projeto, desenvolver uma estratégia de investigação que possibilite o esclarecimento do tema proposto.

Os grupos deverão socializar periodicamente o resultado de suas investigações (pesquisas bibliográficas, entrevistas, questionários, observações, diagnósticos etc.). Para a apresentação dos trabalhos, cada grupo deverá:

- elaborar um roteiro da apresentação, com cópias para os colegas e para os professores;
- providenciar o material didático para a apresentação (cartaz, transparência, recursos multimídia, faixas, vídeo, filme etc).

Cada projeto será avaliado por uma banca examinadora constituída pelos professores das disciplinas vinculadas ao projeto e pelo professor coordenador do projeto. A avaliação dos projetos terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura acadêmica; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Com base nos projetos desenvolvidos, os estudantes desenvolverão relatórios técnicos. O resultado dos projetos de todos os grupos deverá compor um único trabalho.

Os temas selecionados para a realização dos projetos integradores poderão ser aprofundados, dando origem à elaboração de trabalhos acadêmico-científico-culturais, inclusive poderão subsidiar a construção do trabalho de conclusão do curso.

Atividades de Metodologia do Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE):

Em consonância com o conceito de prática como componente curricular exposto nos Pareceres CNE/CP nºs. 09 e 28/2001, a prática como componente curricular é considerada como um conjunto de atividades que produz algo no âmbito do ensino, devendo prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares.

As atividades das disciplinas de metodologia do ensino são circunscritas às disciplinas de caráter didático-pedagógico (centradas, primordialmente, em conhecimentos específicos relacionados à teoria e à prática do processo de ensino e aprendizagem). A inserção dessas atividades como prática profissional está em acordo com a orientação contida no Parecer CNE/CES 15/2005, ao afirmar que "as disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser



computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular [...]” (BRASIL, 2005, p. 3).

Nessa perspectiva, assume-se, neste projeto de curso, que as atividades desenvolvidas nas disciplinas de Metodologia do Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira e Metodologia de Ensino em Literatura (eletiva), de caráter prático e relacionadas à formação pedagógica, constituem-se em espaços privilegiados para o desenvolvimento da prática como componente curricular, contribuindo significativamente para a formação do professor na área de espanhol.

A avaliação das atividades desenvolvidas nas disciplinas de Metodologia do Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira e Metodologia de Ensino em Literatura (eletiva), será realizada pelo professor de cada disciplina.

Desenvolvimento de Pesquisa Acadêmico-Científica:

A prática como componente curricular permeará todo o processo de ensino-aprendizagem do curso, culminando com o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmico-científica, materializada por meio de uma monografia, como trabalho de final de curso.

Além disso, o tema investigado redimensiona a capacidade de escrita e de argumentação do estudante, orientado para conhecer, analisar e propor.

O desenvolvimento da pesquisa acadêmico-científica será realizado no 7º e 8º períodos do curso, com momentos de orientação.

Como etapa final do processo, há a produção de monografia.

7.2.2 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular os conhecimentos desenvolvidos durante o curso por meio das atividades formativas de natureza teórica e/ou prática.

O estágio curricular supervisionado é entendido como tempo de aprendizagem, no qual o formando exerce *in loco* atividades específicas da sua área profissional sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. O Parecer nº CNE/CP 28/2001 de 02/10/2008 destaca:

O estágio supervisionado é um modo de capacitação em serviço e que só deve ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor.



Nos cursos de formação de professores, o estágio curricular supervisionado é realizado por meio de estágio docente e caracteriza-se como prática profissional obrigatória.

O estágio docente é considerado uma etapa educativa necessária para consolidar os conhecimentos da prática docente. Proporciona, aos estudantes dos cursos de licenciatura, aprofundamento nas reflexões tanto sobre o processo de ensino e aprendizagem quanto sobre as relações e implicações pedagógico-administrativas do ambiente escolar.

O estágio supervisionado terá início a partir do 5º período do curso. A carga horária do estágio supervisionado será de 400 (quatrocentas) horas, divididas em quatro etapas de 100 horas cada.

Ao final de cada etapa concluída do estágio docente, o estudante deverá entregar um portfólio, como relatório parcial das atividades desenvolvidas. Na última etapa do estágio docente, os quatro portfólios comporão o relatório final de estágio a ser entregue pelo estudante ao professor orientador de estágio.

Os alunos que exerçam atividades docentes regulares na educação básica, na mesma disciplina da formação, poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 horas, distribuídas de forma proporcional pelo professor orientador durante os quatro estágios. Cabendo ao estudante requerer à coordenação de estágio a redução de carga horária devida.

As escolas nas quais ocorrerão os estágios deverão, prioritariamente, contemplar a realidade de inserção do estudante em escolas públicas, inclusive em cursos técnicos integrados (regular e EJA) do próprio IFRN.

O estágio é acompanhado por um professor orientador, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga-horária dos professores. O acompanhamento dos estágios deve ser feito de forma integrada/articulada entre os professores do núcleo específico e do núcleo didático-pedagógico.

Cada etapa do estágio docente é composta por atividades a serem desenvolvidas pelo estudante, sob a orientação de um professor orientador (do IFRN) e de um professor colaborador (da escola objeto do estágio). O Quadro 6 apresenta, para cada etapa de estágio docente, as atividades gerais a serem desenvolvidas.

Quadro 6 – Etapas de estágio docente previstas para o Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol

ETAPA DE ESTÁGIO DOCENTE	ATIVIDADES GERAIS A SEREM DESENVOLVIDAS
Estágio Docente I	Caracterização e observação da escola
	Revisão e aprofundamento de referenciais teóricos
	Elaboração do portfólio das atividades da etapa
Estágio Docente II	Caracterização e observação da escola e da sala de aula
	Planejamento da regência
	Elaboração do portfólio das atividades da etapa

Estágio Docente III	Observação da sala de aula
	Regência no ensino fundamental, prioritariamente
	Elaboração do portfólio das atividades da etapa
Estágio Docente IV	Observação da sala de aula
	Regência no ensino médio (propedêutico, integrado à educação profissional e/ou na modalidade EJA)
	Elaboração de projeto de intervenção na escola
	Elaboração do portfólio das atividades da etapa
	Elaboração do relatório final do estágio

Nos períodos de realização de estágio docente, o aluno terá momentos em sala de aula, no qual receberá as orientações.

7.2.3 Outras Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

Complementando a prática como componente curricular e o estágio supervisionado de ensino, o aluno deverá cumprir, no mínimo, 200 (duzentas) horas em outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais, reconhecidas pelo Colegiado do Curso. Essas atividades devem envolver ensino, pesquisa e extensão, com respectivas cargas horárias previstas no Quadro 7.

Quadro 7 – Distribuição de carga horária de outras atividades acadêmico-científico-culturais.

Atividade	Pontuação máxima semestral	Pontuação máxima em todo o curso
Participação em conferências, palestras, congressos ou seminários, na área do curso ou em área afim.	5	20
Participação em curso na área de formação ou afim.	5 pontos a cada 10 horas de curso	20
Exposição de trabalhos em eventos ou publicação de trabalhos em anais na área do curso ou afim.	10	20
Publicações de trabalhos em revistas ou periódicos na área do curso ou afim.	10	20
Co-autoria de capítulos de livros na área do curso ou afim.	10	20
Participação em projeto de extensão (como bolsista ou voluntário) na área do curso.	25	50
Participação em projeto de iniciação científica ou de iniciação a docência (como bolsista ou voluntário) na área do curso ou afim.	25	50
Desenvolvimento de monitoria (como bolsista ou voluntário) na área do curso ou afim.	25	50
Participação na organização de eventos acadêmico-científicos na área do curso.	25	50
Realização de estágio extra-curricular ou voluntário na área do curso ou afim (carga horária total mínima de 50 horas).	25	50

A pontuação acumulada será revertida em horas contabilizada dentro do cumprimento da prática profissional. Cada ponto corresponde a uma hora de atividades, exceto a pontuação relativa à participação em curso na área de formação ou afim, na qual cada ponto equivalente a 0,5 hora.

Para a contabilização das atividades acadêmico-científico-culturais, o estudante deverá solicitar, por meio de requerimento à Coordenação do Curso, a validação das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado só poderá ser contabilizado uma única vez.

A validação das atividades deverá ser feita por banca composta pelo Coordenador do Curso, como presidente, e por, no mínimo, dois docentes do curso.

Somente poderão ser contabilizadas as atividades que forem realizadas no decorrer do período em que o aluno estiver vinculado ao Curso.

7.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para os cursos superiores de Licenciatura, o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatória para a obtenção do título de Licenciado e será materializado por meio de uma monografia.

O trabalho de conclusão de curso corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos estudantes durante o período de formação.

Desse modo, o TCC será desenvolvido no último período a partir da verticalização dos conhecimentos construídos nos projetos realizados ao longo do curso ou do aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas. O estudante terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da monografia.

A elaboração da monografia é acompanhada por um professor orientador e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo professor orientador;
- reuniões periódicas do aluno com o professor orientador;
- elaboração da monografia pelo estudante; e,
- avaliação e defesa pública do TCC perante uma banca examinadora.

O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor orientador e mais dois componentes, podendo ser convidado, para compor essa banca, um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo.



A avaliação do TCC incidirá sobre critérios de: estrutura do documento, organização dos conteúdos, atualidade e adequação das informações, aspectos linguístico-textuais e apresentação (linguagem, clareza, postura profissional, interação, recursos utilizados).

Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e o estudante será aprovado com, no mínimo, 60 (sessenta) pontos. Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação.

7.4. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Este projeto pedagógico de curso deve ser o norteador do currículo no Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol, na modalidade a distância. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto, as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento e entre os professores de base científica, base específica e base didático-pedagógica é imprescindível à construção de práticas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos estudantes numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os professores deverão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os estudantes. Para essas atividades, os professores têm, à disposição, horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os professores assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso



comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

7.5 INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Na viabilização de um projeto pedagógico de curso que proponha a reflexão da inclusão e da diversidade, é mister que se aponte com fundamento o diálogo no qual ressalta a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas até então marginalizadas. Para tal fim é basilar a formação de educadores que promova a reflexão objetivando a sensibilização e o conhecimento da importância da participação dos sujeitos para a vida em sociedade. O IFRN, assim, cumprindo a regulamentação das Políticas de Inclusão (Dec. N° 5.296/2004) e da legislação relativa às questões étnico-raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08; e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004,) atende a essas demandas a partir da inserção dos núcleos abaixo expostos:

Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) subsidia o IFRN nas ações e estudos voltados à inclusão de estudantes com dificuldades na aprendizagem advindas de fatores diversos, a exemplo das altas habilidades, disfunções neurológicas, problemas emocionais, limitações físicas e ausência total e/ou parcial de um ou mais sentidos da audição e/ou visão.

O NAPNE tem as suas atividades voltadas, sobretudo, para o incentivo à formação docente na perspectiva da inclusão. Seus objetivos preveem: promover as condições necessárias para o ingresso e permanência de estudantes com necessidades específicas; propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, possibilitando o acesso a todos os espaços físicos da instituição, conforme as normas da NBR/9050, ou sua substituta; atuar junto aos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos discentes; potencializar o processo ensino-aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida desenvolvidos por discentes e docentes; promover e participar de estudos, discussões e debates sobre Educação Inclusiva e Educação Especial; contribuir para a inserção da pessoa com deficiência nos demais níveis de ensino, no mundo do trabalho e nos demais espaços sociais; assessorar os processos seletivos para ingresso de pessoas com necessidades específicas; incentivar a implantação de conteúdos, disciplinas permanentes e/ou optativas referentes à Educação

Especial, nos cursos ofertados pelo IFRN; e articular as atividades desenvolvidas pelo NAPNE com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com deficiência.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFRN é um grupo de trabalho responsável por fomentar ações, de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº. 10.639/2003 e 11.645/2008 e os demais instrumentos legais correlatos. O NEABI tem como finalidades: propor, fomentar e realizar ações de ensino, pesquisa, extensão sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais; sensibilizar e reunir pesquisadores, professores, técnico-administrativos, estudantes, representantes de entidades afins e demais interessados na temática das relações étnico-raciais; colaborar e promover, por meio de parcerias, ações estratégicas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais do Sistema de Educação do Rio Grande do Norte; contribuir para a ampliação do debate e da abrangência das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial e; produzir e divulgar conhecimentos sobre relações étnico-raciais junto às instituições educacionais, sociedade civil organizada e população em geral.

7.6 INDICADORES METODOLÓGICOS

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a formação de professores, assegurando uma formação integral dos estudantes. Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso.

O estudante vive as incertezas próprias do atual contexto histórico, das condições sociais, psicológicas e biológicas. Em razão disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos, que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- reconhecer a tendência ao erro e à ilusão;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;

- adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a construção e reconstrução de conhecimentos diante das situações reais de vida;
- diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- sistematizar trabalhos coletivos que possibilitem aos estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho dos(as) estudantes e docentes e à relação professor-estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de mediação pedagógica como fator regulador e imprescindível no processo de ensino e aprendizagem.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma



aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Para tanto, o estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante ao longo do período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho ao final do período letivo.

Nesse sentido, a avaliação será desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, buscando a reconstrução e construção do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de professores-cidadãos.

Nessa perspectiva, é de suma importância que o professor utilize instrumentos diversificados os quais lhe possibilitem observar melhor o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas e tomar decisões, tal como reorientar o estudante no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, exercendo o seu papel de orientador que reflete na ação e que age.

Assim sendo, a avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos do desenvolvimento do estudante e do planejamento do trabalho pedagógico realizado. É, pois, uma concepção que implica numa avaliação que deverá acontecer de forma contínua e sistemática mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos construídos e reconstruídos pelos estudantes no desenvolvimento de suas capacidades, atitudes e habilidades.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- inclusão de atividades contextualizadas;
- manutenção de diálogo permanente com o estudante;
- consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas; e

- observação das características dos estudantes, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão, com vistas à (re) construção do saber escolar.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

O desempenho acadêmico dos estudantes por disciplina e em cada bimestre letivo, obtido a partir dos processos de avaliação, será expresso por uma nota, na escala de 0 (zero) a 100 (cem). Será considerado aprovado na disciplina o estudante que, ao final do 2º bimestre, não for reprovado por falta e obtiver média aritmética ponderada igual ou superior a 60 (sessenta), de acordo com a seguinte equação:

$$MD = \frac{2N_1 + 3N_2}{5}$$

na qual

MD = média da disciplina

N1 = nota do estudante no 1º bimestre

N2 = nota do estudante no 2º bimestre

O estudante que não for reprovado por falta e obtiver média igual ou superior a 20 (vinte) e inferior a 60 (sessenta) terá direito a submeter-se a uma avaliação final em cada disciplina, em prazo definido no calendário acadêmico do Campus de vinculação do estudante. Será considerado aprovado, após avaliação final, o estudante que obtiver média final igual ou maior que 60 (sessenta), de acordo com as seguintes equações:

$$MFD = \frac{MD + NAF}{2}, \text{ ou}$$

$$MFD = \frac{2NAF + 3N_2}{5}, \text{ ou } MFD = \frac{2N_1 + 3NAF}{5}$$

nas quais

MFD = média final da disciplina

MD = média da disciplina

NAF = nota da avaliação final

N₁ = nota do estudante no 1º bimestre

N₂ = nota do estudante no 2º bimestre

Em todos os cursos ofertados no IFRN, será considerado reprovado por falta o estudante que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas cursadas, independentemente da média final.

Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pela Organização Didática do IFRN.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

Os cursos superiores de graduação serão aferidos mediante uma avaliação sistêmica dos PPCs e avaliações locais do desenvolvimento dos cursos, tendo por referência a autoavaliação institucional, a avaliação das condições de ensino, a avaliação sistêmica e a avaliação in loco a serem realizadas por componentes do Núcleo Central Estruturante (NCE) vinculado ao curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso em cada *campus*.

A autoavaliação institucional e a avaliação das condições de ensino deverão ser realizadas anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo INEP. O resultado da autoavaliação institucional deverá ser organizado e publicado pela CPA, analisado e discutido em cada Diretoria Acadêmica do IFRN e, especificamente, pelos cursos, mediado pela coordenação, junto aos professores e estudantes.

O NCE constitui-se num órgão de assessoramento, vinculado à Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino da Pró-Reitoria de Ensino, sendo composto por comissão permanente de especialistas, assessores aos processos de criação, implantação, consolidação e avaliação de cursos na área de sua competência. Nessa perspectiva, a atuação do NCE tem como objetivo geral garantir a unidade da ação pedagógica e do desenvolvimento do currículo no IFRN, com vistas a manter um padrão de qualidade do ensino, em acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso.

Por outro lado, o NDE constitui-se como órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado de Curso, constituído de um grupo de docentes que exercem liderança acadêmica, percebida no desenvolvimento do ensino, na produção de conhecimentos na área e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

A avaliação e eventuais correções de rumos necessárias ao desenvolvimento do PPC devem ser realizadas anualmente e definidas a partir dos critérios expostos a seguir:

- a) Justificativa do curso – deve observar a pertinência no âmbito de abrangência, destacando: a demanda da região, com elementos que sustentem a criação e manutenção do curso; o



desenvolvimento econômico da região, que justifiquem a criação e manutenção do curso; a descrição da população da educação básica local; a oferta já existente de outras instituições de ensino da região; a política institucional de expansão que abrigue a oferta e/ou manutenção do curso; a vinculação com o PPP e o PDI do IFRN.

- b) Objetivos do curso – devem expressar a função social e os compromissos institucionais de formação humana e tecnológica, bem como as demandas da região e as necessidades emergentes no âmbito da formação docente para a educação básica.
- c) Perfil profissional do egresso – deve expressar as competências profissionais do egresso do curso.
- d) Número de vagas ofertadas – deve corresponder à dimensão (quantitativa) do corpo docente e às condições de infraestrutura no âmbito do curso.
- e) Estrutura curricular – deve apresentar flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
- f) Conteúdos curriculares – devem possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos de competências do egresso e de cargas horárias.
- g) Práticas do curso – devem estar comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito crítico-científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
- h) Programas sistemáticos de atendimento ao discente – devem considerar os aspectos de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
- i) Pesquisa e inovação tecnológica – deve contemplar a participação do discente e as condições para desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

10. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o **aproveitamento de estudos** como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso superior de graduação; e a **certificação de conhecimentos** como a possibilidade de certificação de saberes adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de disciplinas integrantes da matriz curricular do curso, por meio de uma avaliação teórica ou teórica-prática, conforme as características da disciplina.

Os aspectos operacionais relativos ao aproveitamento de estudos e à certificação de conhecimentos, adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso, são tratados pela Organização Didática do IFRN.

11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

11.1 O Campus EaD

O Campus Educação a Distância, no IFRN, é a instância responsável pela elaboração das políticas de fomento ao uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação em âmbito institucional, tanto no ensino presencial quanto a distância.

Hoje, esse Campus configura-se ainda como campus avançado ligado ao Campus Natal Central e atua de forma sistêmica junto aos Núcleos de EaD instituídos nos demais campi do IFRN.

11.2. Necessidades específicas relativas à estrutura dos polos

As experiências de educação a distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde os alunos podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudos, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e devem, portanto, funcionar como laboratórios pedagógicos com equipamentos que são utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, nos polos, são realizados tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo e exames presenciais. Nos polos, a infraestrutura deve contar com videoconferência, Internet, telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria a distância.

Ademais, o polo colabora com o desenvolvimento regional, uma vez que pode contar com atividades diversificadas, como:

- cursos de extensão;
- atividades culturais;
- consultoria para a comunidade.

Para atender às especificidades relativas às funções dos pólos, cada um deles deve contar com uma infraestrutura que disponha de, pelo menos, os seguintes espaços:

- 02 salas de aula equipadas com recursos de multimídias para as atividades presenciais e avaliações;
- 02 laboratórios de Informática, cada um equipado com 25 computadores conectados à Internet e duas impressoras;
- 01 biblioteca, com acervo básico nas áreas de conhecimento do curso;
- 01 videoteca, com material audiovisual de apoio;

- 02 salas de atendimento de tutoria com linha telefônica 0800, computador e impressora;
- 01 sala de professores e tutores com computador e impressora;
- 01 sala equipada com as tecnologias para videoconferência;
- 01 sala para secretaria acadêmica e de coordenação do polo.

Além disso, os polos contam com outros equipamentos e materiais para uso didático, tais como: revistas, calculadoras, softwares específicos, materiais didáticos para oficina, videocassetes e DVD's, projetores de slides e projetores multimídia.

Os polos também devem estar adaptados à recepção e permanência de estudantes e profissionais com necessidades educacionais especiais. Para tanto, devem contar em sua infraestrutura física com rampas de acesso, portas que permitam a entrada de cadeira de rodas, banheiros adaptados, carteiras para canhotos etc.

Cada polo deve contar, ainda, com uma biblioteca com condições para consulta ao acervo e estudo.

É fundamental que os polos disponham dessa infraestrutura mínima uma vez que eles contribuem para a permanência do estudante no curso, estabelecendo interatividade entre o estudante e a entidade executora.

11.3. Biblioteca

A Biblioteca deverá operar no polo, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema de reserva de exemplares deve prever um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 6 (seis) alunos por exemplar, no mínimo 5 (cinco) dos títulos constantes na bibliografia básica e 2 (dois) dos títulos constantes na bibliografia complementar das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 5 exemplares por título.

A infraestrutura da Biblioteca é, nos acordos de cooperação entre os participantes do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), de responsabilidade dos mantenedores dos polos, sejam estes municípios ou estado. Nos campi do IFRN, a responsabilidade cabe a cada campus que oferta o curso.



11.4 Outros recursos necessários

Para o bom funcionamento do curso, solicitamos a cooperação dos Municípios conveniados no custeio das despesas com os estudantes para a realização de visitas técnicas, a participação em eventos acadêmicos (encontros, seminários, curso) na área do curso ou diretamente afim, na disponibilização de ambientes para a realização de atividades acadêmicas, na ajuda para locomoção dos estudantes, entre outras possíveis necessidades geradas para o efetivo desenvolvimento do currículo acadêmico.

12. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os Quadros 13 e 14 descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do Curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente ao Quadro 1.

Quadro 13 – Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde. Professor /Disciplina	Qtde. Tutor/turma (40 alunos)
Núcleo Fundamental		
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Informática	01	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura plena em Língua Portuguesa (com atuação/pós-graduação em letras clássicas)	01	01
Núcleo Específico		
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Espanhol.	06	01
Núcleo Epistemológico		
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura plena em Língua Portuguesa	01	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura plena em Filosofia	01	01
Núcleo Didático-Pedagógico		
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura plena em Pedagogia.	02	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura plena em Letras LIBRAS	01	01
Total de professores necessários	13	07

Quadro 14 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Apoio Técnico	
Profissional de nível superior, com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Língua Espanhola.	01
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica ao coordenador de curso e professores, no que diz respeito às políticas educacionais da instituição, e acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	01

Profissional de nível técnico em informática para assessorar e coordenar as atividades dos laboratórios de apoio ao Curso em cada polo.	01/polo
Profissional técnico de nível superior para tutoria presencial.	01
Profissional de nível superior para coordenar a educação a distância no polo.	01
Apoio Administrativo	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.	01
Coordenador geral com pós-graduação para coordenação de graduação e pós-graduação do Campus EAD	01
Coordenador geral adjunto com pós-graduação para coordenação de graduação e pós-graduação do Campus EAD	01
Coordenador de curso com pós-graduação na área do curso	01
Coordenador de tutoria com formação superior	01
Coordenador de polo com nível superior	01
Total de técnicos-administrativos necessários	11

Além disso, é necessária a existência de um professor Coordenador de Curso, com pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* e com graduação na área de Língua Espanhola, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do Curso.

13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o Curso Superior de Licenciatura Plena em Espanhol e da realização da correspondente Prática Profissional, será conferido ao egresso o Diploma de Licenciado em Letras Espanhol.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. **Lei nº 11.892 de 29/12/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de reestruturação curricular**. Natal: CEFET-RN, 1999.

_____. **Projeto político-pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção**. Natal: CEFET-RN, 2005.

_____. **Regulamento dos cursos de Formação de Professores para a Educação Básica: Licenciaturas Plenas**. Natal: CEFET-RN, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 9/2001**, de 08/05/2001. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília/DF: 2001.

_____. **Parecer CNE/CP nº 27/2001**, de 02/10/2001. Dá nova redação ao Parecer nº CNE/CP 9/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília /DF: 2001.

_____. **Parecer CNE/CP nº 28/2001**, de 02/10/2001. Dá nova redação ao Parecer nº CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília /DF: 2001.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1/2002**, DE 18/02/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília /DF: 2002.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2/2002**, de 19/02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília/ DF: 2002.

MEC/SESU. **Esclarecimentos sobre mudanças na dinâmica de trabalho da SESu em decorrência do decreto 3.276/99 e da resolução CP nº 01/99 do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/3276.pdf>. Acesso 04.08.2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de Ensino Emergencial das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias no Ensino Médio**. Subcoordenadoria do Ensino Médio – SUEM – SEC RN. Natal: 2005.